



Ministério da
Fazenda



Esta nota técnica possui marcações a fim de preservar o sigilo previsto no § 1º do art. 7º e no § 3º do art. 33 do Regimento da COTEPE/ICMS, e no § 3º do art. 34 do Regimento do Confaz.

Nota Técnica Ascif/Gab/RFB nº 11, de 12 de junho de 2023.

Assunto: AIR - Análise de Impacto Regulatório - Propostas de Ajuste SINIEF (PAJ) a serem apreciadas na 192ª Reunião Ordinária da COTEPE, em 13 a 15/06/2023.

I - INTRODUÇÃO

1. Esta Ascif recebeu os [REDACTED], por meio dos quais o CONFAZ, com o objetivo de dar celeridade à Análise de Impacto Regulatório – AIR por parte desta Secretaria Especial da Receita Federal - RFB, encaminhou as propostas indicadas no item 6 da presente Nota.

2. Trata-se da aplicação do Decreto Nº 10.411 de 30 de junho de 2020 que regulamenta a análise de impacto regulatório, de que tratam o art. 5º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, e o art. 6º da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019.

3. Sobre o rito para estas análises, a Coordenação-Geral de Assuntos Tributários – CAT/PGFN emitiu seu PARECER SEI Nº 8131/2021/ME em atenção à solicitação da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária [REDACTED]. A consulta da SE/CONFAZ versou sobre a necessidade de realização de análise de impacto regulatório - AIR sobre os atos normativos ditados no âmbito do CONFAZ no contexto do Decreto nº 10.411/2020.

4. A CAT/PGFN assim concluiu o seu PARECER SEI Nº 8131/2021/ME:

*12. Por outro lado, parece-nos, à guisa de entendimento preliminar sobre o caso, que o **AIR deve ser elaborado** nas hipóteses de eventual **edição, alteração ou revogação de ato normativo de natureza tributária que tenha como objeto obrigações acessórias, cujos efeitos envolvam, além da administração tributária dos Estados e Distrito Federal, a administração tributária e aduaneira da União.***

*13. Quanto às proposições de atos normativos de natureza **não tributária** dotadas das características descritas no art. 1º do Decreto nº 10.411, de 2020, deve-se:*

i) providenciar a Análise de Impacto Regulatório respectiva e juntá-la aos autos antes da edição da norma;

ii) indicar, ainda que sucintamente, se a hipótese é de não aplicação do aludido Decreto (exemplo: atos que disponham sobre execução orçamentária e financeira, art. 3º, §2º, inciso III); ou

(Fl. 2 da Nota Técnica Ascif/Gab/RFB nº 11, de 12 de junho de 2023).

iii) se se tratar de situação de dispensa, apresentar a Nota Justificativa prevista no art. 4º, §1º da referida regulamentação.

14. Diante de tais considerações, parece prudente recomendar à Secretaria-Executiva a avaliação da necessidade de elaboração de minuta de Convênio CONFAZ, ou ato congênere, a prever os procedimentos necessários à adequação e aplicação do Decreto nº 10.411, de 2020, especialmente na apresentação e tramitação de propostas pelo representante da Secretaria Especial da Receita Federal e/ou demais órgãos envolvidos.

5. Quanto aos itens acima, constantes do Parecer SEI Nº 8131/2021/ME, e considerando as propostas de atos normativos recebidos nesta Ascif/Gab/RFB mediante Ofício do CONFAZ, aplicaremos a orientação do item 12 visto que não foi possível, até o momento, atender ao item 14 do mesmo Parecer. Após a 184ª reunião ordinária da COTEPE, houve proposta, na reunião extraordinária da COTEPE seguinte, para a elaboração de minuta de Convênio CONFAZ, ou ato congênere, a prever os procedimentos necessários à adequação e aplicação do Decreto nº 10.411/2020. Não havendo consenso e concordância, por parte dos representantes das UF, quanto à necessidade e quanto à forma da elaboração da minuta, o tema ficou pendente para ser tratado nas próximas reuniões da COTEPE.

6. Relação das propostas apresentadas nos Ofícios do CONFAZ para análise:

- [REDACTED]
- [REDACTED] - Altera o Ajuste SINIEF 11/19, que altera o Convênio S/Nº, de 1970, que instituiu o Sistema Nacional Integrado de Informações Econômico-Fiscais - SINIEF, relativamente ao Código Fiscal de Operações e Prestações – CFOP [REDACTED]; **Art. 4º, IV - ato normativo que vise à atualização ou à revogação de normas consideradas obsoletas, sem alteração de mérito;(Ajuste SINIEF 29/23)**
- [REDACTED] - Altera o Ajuste SINIEF 35/22, que estabelece procedimentos relativos às operações internas e interestaduais para o armazenamento de mercadorias pertencentes a contribuintes do ICMS destinadas a Operador Logístico [REDACTED]; **Art. 4º, IV - ato normativo que vise à atualização ou à revogação de normas consideradas obsoletas, sem alteração de mérito;(Ajuste SINIEF 18/23)**
- [REDACTED] Altera o Ajuste SINIEF 37/19, que institui o regime especial de simplificação do processo de emissão de documentos fiscais eletrônicos [REDACTED]; **Art. 4º, IV - ato normativo que vise à atualização ou à revogação de normas consideradas obsoletas, sem alteração de mérito;(Ajuste SINIEF 17/23)**
- [REDACTED] - Altera o Ajuste SINIEF 19/16, que institui a Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica, modelo 65, e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica [REDACTED]; **Art. 4º, IV - ato normativo que vise à atualização ou à revogação de normas consideradas obsoletas, sem alteração de mérito;(Ajuste SINIEF 20/23)**

- [REDACTED]
- [REDACTED] - Altera o Ajuste SINIEF 36/19, que institui o Conhecimento de Transporte Eletrônico para Outros Serviços CT-e OS e o Documento Auxiliar do Conhecimento de Transporte Eletrônico Outros Serviços [REDACTED]; **Art. 4º, IV - ato normativo que vise à atualização ou à revogação de normas consideradas obsoletas, sem alteração de mérito;(Ajuste SINIEF 21/23)**
- [REDACTED]
- [REDACTED] - Altera o Ajuste SINIEF nº 05/21, que institui a Declaração de Conteúdo eletrônica DC-e e a Declaração Auxiliar de Conteúdo eletrônica DACE [REDACTED]; **Art. 3º, § 2º, II - de efeitos concretos, destinados a disciplinar situação específica, cujos destinatários sejam individualizados;(Ajuste SINIEF 22/23)**
- [REDACTED]
- [REDACTED] Altera o Ajuste SINIEF 21/10 que institui o Manifesto Eletrônico de Documentos fiscais; **Art. 4º, IV - ato normativo que vise à atualização ou à revogação de normas consideradas obsoletas, sem alteração de mérito;(Ajuste SINIEF 23/23)**
- [REDACTED] Alteração do Ajuste SINIEF 11/2010 (revogação alínea "a" do inciso III do § 2º da cláusula primeira que trata da idoneidade do cupom fiscal eletrônico enviado fora do prazo) [REDACTED]; **Art. 3º, § 2º, II - de efeitos concretos, destinados a disciplinar situação específica, cujos destinatários sejam individualizados;(Ajuste SINIEF 19/23)**
- [REDACTED] Altera dispositivo do Ajuste SINIEF nº 6/89, que institui os documentos fiscais que especifica e dá outras providências [REDACTED]; **Art. 4º, IV - ato normativo que vise à atualização ou à revogação de normas consideradas obsoletas, sem alteração de mérito;(Ajuste SINIEF 16/23)**
- [REDACTED]
- [REDACTED]
- [REDACTED] - Altera o Ajuste SINIEF 09/07, que institui o Conhecimento de Transporte Eletrônico e o Documento Auxiliar do

Conhecimento de Transporte Eletrônico [REDACTED]; Art. 4º, IV - ato normativo que vise à atualização ou à revogação de normas consideradas obsoletas, sem alteração de mérito; **(Ajuste SINIEF 25/23)**

- [REDACTED]
- [REDACTED] - Sigilo previsto no Ajuste SINIEF 01/21 (gás natural) [REDACTED]; Art. 4º, IV - ato normativo que vise à atualização ou à revogação de normas consideradas obsoletas, sem alteração de mérito; **(Ajuste SINIEF 42/23)**
- [REDACTED]
- [REDACTED] - Dispõe sobre a concessão de regime especial na remessa interna e interestadual de implantes e próteses médico-hospitalares para hospitais ou clínicas [REDACTED]; Art. 3º, § 2º, II - de efeitos concretos, destinados a disciplinar situação específica, cujos destinatários sejam individualizados; **(Ajuste SINIEF 2/24)**
- [REDACTED]
- [REDACTED] - Altera o Ajuste SINIEF 07/05, que institui a Nota Fiscal Eletrônica e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica. [REDACTED]; Art. 3º, § 2º, II - de efeitos concretos, destinados a disciplinar situação específica, cujos destinatários sejam individualizados; **(Ajuste SINIEF 37/23)**
- [REDACTED] - Dispõe sobre o procedimento de correção de erro identificado na Nota Fiscal eletrônica, no ato da entrega, quando não permitida a emissão de nota fiscal complementar ou Carta de Correção eletrônica [REDACTED]; Art. 3º, § 2º, II - de efeitos concretos, destinados a disciplinar situação específica, cujos destinatários sejam individualizados; **(Ajuste SINIEF 13/24)**
- [REDACTED]
- [REDACTED]
- [REDACTED]

- [REDACTED]
- [REDACTED]
- [REDACTED]
- [REDACTED]
- [REDACTED]
- [REDACTED]
- [REDACTED] - Dispõe sobre as obrigações tributárias acessórias a serem observadas pelos contribuintes que realizarem remessa interestadual de bens e mercadorias entre estabelecimentos de mesma titularidade, para transferência ao estabelecimento destinatário do ICMS incidente nas prestações e operações anteriores tributadas [REDACTED]; **Art. 3º, § 2º, II - de efeitos concretos, destinados a disciplinar situação específica, cujos destinatários sejam individualizados; (Convênio ICMS 174/23)**
- [REDACTED]
- [REDACTED] - Altera o Ajuste SINIEF 07/22, que institui a Nota Fiscal Fatura de Serviços de Comunicação Eletrônica, modelo 62, e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Fatura de Serviços de Comunicação Eletrônica. [REDACTED]; **Art. 3º, § 2º, II - de efeitos concretos, destinados a disciplinar situação específica, cujos destinatários sejam individualizados; (Ajuste SINIEF 26/23)**
- [REDACTED] - Altera o Ajuste SINIEF n.º 01/21 que dispõe sobre o tratamento diferenciado aplicável aos contribuintes do ICMS para cumprimento de obrigações tributárias relacionadas ao processamento de gás natural [REDACTED]. **Art. 3º, § 2º, II - de efeitos concretos, destinados a disciplinar situação específica, cujos destinatários sejam individualizados. (Ajuste SINIEF 24/23)**

(Fl. 6 da Nota Técnica Ascif/Gab/RFB nº 11, de 12 de junho de 2023).

II - FUNDAMENTAÇÃO

7. Além do enquadramento apontado em cada proposta elencada no item 6, de modo complementar, enquadram-se também na condição de ato normativo considerado de baixo impacto, nos termos do art. 2º, inciso II do Decreto 10.411/2020, por não provocarem aumento expressivo de custos para os agentes econômicos ou para os usuários dos serviços prestados e nem de despesa orçamentária ou financeira, e não repercutirem de forma substancial nas políticas públicas de saúde, de segurança, ambientais, econômicas ou sociais, razão pela qual reforça-se a dispensa do AIR para as respectivas propostas.

III - CONCLUSÃO

8. Diante do exposto, propomos ao CONFAZ considerar dispensadas de AIR as propostas de Ajuste SINIEF relacionadas na presente Nota, elaborada em atenção ao § 1º do art. 4º do Decreto 10.411/2020. Para economia processual, firmamos o presente numa única Nota aplicável a todas as propostas enviadas por Ofícios, conforme relacionadas no item 6 anterior.

